

HISTÓRIA SOCIAL OU SOCIOLOGIA HISTÓRICA?

Memória e lutas dos trabalhadores no Brasil

1.Resultado de investigações finalizadas

GT 16 Metodologia y Epistemologia de las Ciencias Sociales

Maria Ciavatta

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Resumo

Neste texto, o campo de pesquisa é a memória dos trabalhadores enquanto classe social que trabalha, tem família, é instado a se crer participante de uma sedutora ideologização que o integra aos interesses da empresa e o convence de que faz parte da grande “família da fábrica”. Mas ele também estabelece formas de luta na reivindicação de seus direitos. O texto é fruto de duas pesquisas sobre memória e imagens fotográficas de trabalho e de trabalhadores de 1874 a 1996 e de 1900 a 1930. Apresentamos, brevemente, algumas questões que tensionam a produção do conhecimento nas ciências sociais, de modo especial na sociologia e na história, em função das necessidades da produção da existência pelo trabalho.

Palavras-chave: história social – sociologia histórica – trabalhadores

Introdução

Há tempos atrás, a imprensa carioca publicou aspectos da polêmica entre o legislativo e o executivo ao citar os projetos de vereadores e de moradores querendo mudar nomes tradicionais de ruas e praças, atribuindo essa honraria a outros protagonistas da história social da cidade ou simplesmente, dependendo o poder de quem nomeia, homenagear a memória de parentes e amigos (Awi, 2008).

A proposta que instiga mais nosso tema é a que pretendia mudar o nome da Rua do Livramento, na Gamboa, no Morro do Livramento da cidade do Rio de Janeiro, cuja história que remete aos anos 1700. O nome proposto foi N. Sra. Aparecida e a razão dada seria “ para esquecer os tempos da escravidão” (op. cit., p. 13). A questão que se coloca é se as lutas avançam com a memória ou com o esquecimento dos fatos políticos dramáticos que marcam a vida social? Outras questões são a delicada relação entre memória e história e entre história e sociologia.

O pouco que a humanidade sabe sobre si mesma, e é muito se a compararmos à complexidade da existência da vida no planeta, de sua passagem do mundo inorgânico, para o mundo orgânico e daí para o aparecimento da consciência tal como a conhecemos no ser humano. Qual a contribuição da história para a vida dos povos? Qual o sentido do registro e do conhecimento das guerras, dos massacres, das pilhagens, da servidão e da escravidão? Quem conta a história? Como se constrói a história? O que é a verdade pesquisa histórica ?

Diferente do que advogam bem intencionados positivistas de todos os credos políticos e religiosos, a sociedade não é um oásis de branduras e de paz, é um campo de lutas econômicas, financeiras, espaciais, semânticas, políticas, campo de disputas de memória e de versões da história. Também os campos científicos se constituíram historicamente, em função das novas necessidades, descobertas, concepções e contradições geradas na vida social.

Este texto é fruto de duas pesquisas sobre memória, história e imagens fotográficas de trabalho e de trabalhadores de 1874 a 1996 (Ciavatta, 2007) e de 1900 a 1930 (Ciavatta, 2002). O objeto de estudo é a memória dos trabalhadores enquanto classe social que trabalha, vive, convive e é objeto de

uma sedutora ideologização como “família da fábrica”, mas que também estabelece formas de luta na reivindicação de seus direitos.

Apresentamos, brevemente, algumas questões que tensionam a produção do conhecimento nas ciências sociais, em função das necessidades da produção da existência pelo trabalho, particularmente, na sociologia e na história. Temos, como ponto de partida, a questão epistemológica da verdade;; a seguir, a intercessão entre sociologia e história; a relação entre memória e história; a fotografia como fonte de pesquisa social; imagens da vida e de condições de trabalho e de luta dos trabalhadores, e nossas considerações finais.

A verdade histórica: uma questão epistemológica

É possível afirmar que a epistemologia é uma metaciência, porque ela se ocupa da “verdade” sobre o que é a “verdade” ou como se produz a verdade do conhecimento dito verdadeiro nas ciências físicas, matemáticas, humanas e/ou sociais. Assim como as ciências têm uma gênese e um desenvolvimento ao longo da história da humanidade, a epistemologia também tem uma historicidade, não é alheia aos cientistas que produzem a teoria e a prática científicas em determinado espaço-tempo.

Queremos refletir sobre a verdade nas ciências sociais. E veremos que a epistemologia das ciências sociais e/ou humanas se faz compreensível e convincente na medida em que os estudos de sociologia, história, antropologia, economia, política, educação etc, - para ficar só no campo do social - são remetidos à história de sua elaboração. Neles estão presentes os sujeitos sociais que os produziram e as ideologias que permearam suas ideias sobre os fatos considerados verdadeiros.

Analisando a questão da verdade na história, Virgínia Fontes (2001) pergunta, existe verdade? Existe uma única verdade? A história é um relato ou narrativa verdadeira? E rejeita, logo de partida, a ideia de verdade absoluta, a verdade dogmática que pertence ao domínio da religião. Também rejeita a verdade relativa que culmina na inexistência de qualquer verdade, supondo-se que tudo é uma questão de crença ou de opinião. Outros aspectos importantes da concepção de verdade são seu atravessamento pelas ideologias, que justificam os interesses de classe, e pela política, pelo poder que se exerce na vida social (p. 107-109).

O mito da neutralidade científica pautou o nascimento das ciências experimentais e as ciências sociais, elevando a verdade científica a um *status* soberano sobre os demais conhecimentos. Todos os campos do conhecimento foram também afetados por essa pretensa objetividade do conhecimento com o apoio da observação, o registro dos dados e o uso de métodos quantitativos de análise.

Considerando estas breves notas sobre a questão epistemológica da verdade, como uma elaboração histórica, temos por suposto que as (chamadas) verdades se constroem ao nível da interpretação dos fenômenos, com elementos objetivos da realidade exterior e elementos da subjetividade dos sujeitos sociais envolvidos.

A questão do tempo atravessa ambas as ciências. A sociologia trabalha, preferencialmente, com a sincronia, o tempo do presente, do acontecimento, enquanto a história ocupa-se do tempo no seu movimento diacrônico, ao longo de determinada duração. Braudel (1992) expressa bem essa implicação epistemológica da sociologia e da história ao tratar dos tempos múltiplos, aqueles que se superpõem nos fenômenos da vida, mas que podem ser separados para fins de estudo: o tempo breve do acontecimento, o tempo médio da conjuntura onde o acontecimento se insere, e a longa duração da estrutura socioeconômica.

Nas pesquisas sobre trabalhadores a que nos referimos neste artigo, transitamos da observação e entrevistas em espaços de trabalho à memória escrita e oral, aos relatos e narrativas dos sujeitos sociais remanescentes de gerações mais antigas, à documentação em imagens fotográficas.

História social ou sociologia histórica? A comparação como ponto de convergência

Para Peter Burke (1980), o desenvolvimento da história comparada está muito ligado ao desenvolvimento da sociologia, onde o método comparativo teve origem. A sociologia se preocupa em estabelecer as leis gerais dos fenômenos que se repetem; enquanto a história se preocupa com os eventos particulares, aqueles que são únicos. Teria sido a sociologia a oferecer ao historiador não apenas os conceitos mas também os instrumentos metodológicos, tais como a observação, a análise cruzada, a análise de conteúdos e o método comparativo (p.29). Teria a história a oferecer à sociologia a apreensão dos significados sob a multiplicidade de relações que são subjacentes aos fenômenos.

Pietro Rossi (1994) faz uma análise das relações da história comparada com as concepções gerais da história e com as outras ciências sociais, particularmente a sociologia. Para o autor, a historiografia buscou na comparação a superação do ideografismo de base historicista, enquanto que as ciências sociais buscaram, na referência à história, dar conteúdos menos genéricos aos seus modelos, mediante a análise dos “casos” particulares.

São abandonadas as colocações macro-históricas e se elaboram modelos mais específicos que não se referem à sociedade global, mas a contextos definidos. Com esta orientação, por exemplo, “*a modernidade passa a corresponder, substantivamente, à industrialização, enquanto que Weber definia a modernidade em termos de uma racionalidade formal*”. Assim teria nascido a “sociologia histórica” (14-5).

Burke (op. cit.) fala de “história social” quando se refere à convergência entre história e sociologia e destaca a contribuição da *École des Annales*, primeiro através de Lucien Febvre e March Bloch e, depois, de Fernand Braudel, que se empenharam no diálogo entre historiadores, sociólogos e antropólogos (p.19-23). Este processo significa, principalmente, a tentativa de ver a experiência humana como uma totalidade social, um conjunto de processos, e os homens como seres sociais, produtos e produtores da própria cultura, abordada por vários campos do saber.

Emily Durkheim e Max Weber deram as principais contribuições ao método comparativo na sociologia, o que tem especial interesse para os estudos comparados nas ciências sociais. Não obstante toda a importância da obra de Weber e do método compreensivo que faz a ponte da sociologia com a história, sua posição simplifica o trabalho comparativo quando conduz a comparação em termos de tipos ideais e de modelos de sociedade.

Como concepções formais para o estudo da realidade, tipos ideais e modelos limitam a visão dinâmica que queremos ter dos fenômenos nas suas relações estruturais no tempo e no espaço, e nas ações dos sujeitos capazes de mudar as estruturas e de construir a história. Os fenômenos, acontecimentos, conjunturas e estrutura social não são apenas ideações, São parte de uma realidade exterior aos sujeitos, onde se estabelecem múltiplas relações nos planos material, simbólico, afetivo, político etc.

Na perspectiva marxista dos fatos como um todo, produto de múltiplas relações articuladas sob a ação dos sujeitos sociais, não devemos usar modelos para fazer as comparações. Trata-se de pensar os fenômenos em contextos históricos diversos, dentro de sua dinâmica e de sua especificidade, a fim de que sejam consideradas suas relações recíprocas e as mediações que os constituem.

História e memória

A história implica a memória dos sujeitos sociais, memória carregada da subjetividade, das idéias, dos interesses, dos medos, das aspirações de quem relata um fato ou acontecimento. Le Goff (1982) dedica todo um livro a história e memória. Entre outros aspectos, distingue a memória individual e a memória coletiva, a sua relação intrínseca com a história.

O sentido que se dá à história e sua relação com a memória é uma questão recorrente em filósofos da história e historiadores atuais com o alemão Jorn Rusen e o italiano Pietro Rossi. Mas a

questão tem antecedentes em Voltaire, Kant, Herder, Hegel, Comte, Marx, Nietzsche e outros. Para Rossi (2012), a história, entendida como uma realidade objetiva que cobre os acontecimentos do gênero humano em todas as épocas, surge na idade moderna, em estreita relação com o conceito de progresso e de civilização (p.7-14).

Um questão correlata é apresentada por Rusen (2009), a ameaça a essa compreensão de futuro e de sentido da história na medida em que a perspectiva de progresso e de civilização é profundamente ameaçada pela barbárie e a violência das experiências históricas de grandes sofrimentos, como as consequências do imperialismo na vida dos povos, as guerras, o genocídio, os assassinatos em massa e outros crimes contra a humanidade.

A memória torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente” (op. cit.). O tempo presente na sociologia e na história é um dos pontos de convergência nas duas ciências. Para Le Goff (op. cit.), A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (p. 423). A psicologia, a psicanálise e o desenvolvimento da memória eletrônica e digital introduziram novas questões sociais, científicas e éticas sobre a memória.

Mas o que chamamos de memória individual, porque registrada e expressa por um indivíduo, é sempre um produto social. Gera-se na sociabilidade, na cultura de que os indivíduos compartilham. Pollak (1989) analisa como os grupos sociais competem por uma determinada versão dos fatos, pela consolidação de determinada história, através das memórias ocultas ou marginalizadas, ou do enquadramento dos fatos de acordo com os interesses de determinados grupos sociais.

Cada cultura privilegia, particularmente, certas formas de preservação da memória, a exemplo da memória oral na antiguidade, os códices, os hieróglifos, a escrita e seus diversos alfabetos, a memória escrita e audiovisual, preservadas nos documentos e arquivos na atualidade, conservando a memória coletiva. A memória permite a ampliação do horizonte de compreensão do passado e do presente com a dimensão que lhe é inerente, a projeção do futuro (Ciavatta, 2002, p. 32).

A história é a produção social da existência, diz Marx (1979), abrindo uma janela de possibilidades para a compreensão não apenas dos grandes feitos, mas de todos os fenômenos da vida, de todas as classes sociais, das condições de vida e de trabalho, da educação profissional dos trabalhadores. Se a história já não mais interessa somente pelos grandes homens e acontecimentos, mas por todos os homens, alterando a hierarquia dos documentos, a memória preservada e sua ligação com o poder permanece dependente de sua apropriação e da construção de uma determinada história. Faz-se necessário que o historiador faça uma análise das condições de produção do documento / monumento para compreender as relações de poder que lhe estão subjacentes.

A fotografia como fonte de pesquisa social

A memória sofreu um processo permanente de renovação, perda e superação, a partir do século XIX, quando é inventada a fotografia, e seus posteriores desdobramentos na imagem em movimento, o cinema, a televisão, até sua transmissão interativa hoje, através da microeletrônica digital, telefones celulares e outros aparatos técnicos, em constante inovação. A história, os historiadores, os profissionais ligados à vida intelectual, arte, ciência, comunicação se beneficiaram dessas descobertas e se viram a braços com novos desafios, principalmente, com a aceleração do espaço-tempo pela velocidade dos meios de comunicação.

O uso da fotografia na área de pesquisa trabalho e educação é marcado por esses apelos técnicos. Teoricamente, marcada pelos estudos baseados na crítica à economia política, os novos meios podem contribuir para o alargamento da visão sobre o que denominamos mundo do trabalho, sobre o que entendemos como o trabalho livre e os trabalhadores urbanos, a formação profissional, o ambiente

e as relações de trabalho, as condições de vida, as lutas de emancipação e a identidade de classe dos trabalhadores.

As imagens fotográficas, que logramos realizar nas pesquisas sobre trabalho e trabalhadores, constituem a memória legada em diferentes arquivos públicos e privados. São visões diferenciadas sobre os processos vivenciados por trabalhadores urbanos em um mesmo período, aproximadamente, 1900 a 1930, no Rio de Janeiro e em São Paulo (Ciavatta, 2000; 2002). Outras são fotos de acervos privados, em posse das famílias de antigos trabalhadores da Companhia Brasil Industrial, indústria têxtil que existiu em Paracambi, pequena cidade do estado do Rio de Janeiro, de 1874 a 1996 (Ciavatta, 2007).

Qual o lugar da memória e do saber histórico vida social? Atua a favor da ordem estabelecida ou contra ela? É um produto hierarquizado que desce dos especialistas, dos historiadores para os de baixo através da escola e dos meios de comunicação? (Chesnaux, 2000, p. 7) Qual o lugar social que ocupa a memória fotográfica do trabalho e dos trabalhadores? Em que sentido ela educa?

A reflexão sobre a natureza documental da fotografia implica também no seu tratamento enquanto monumento (Le Goff, 1992). O monumento é um sinal do passado. Caracteriza-se pela sua ligação ao poder de perpetuação das sociedades históricas e de seus protagonistas. É uma construção histórica destinada à perpetuação de alguma memória, do ponto de vista do grupo social que produziu e/ou apropriou-se das fotos, de outros documentos e de relatos orais (Pollack, 1989).

O uso da imagem é um dos desafios mais inquietantes para a pesquisa social. Como fonte documental, como forma de conhecimento do mundo, guardiã da memória e elo de coesão de identidades, como representação da realidade, como elemento fundamental das artes visuais ou como produção cultural advinda do trabalho humano, a imagem participa de um universo sedutor e ambíguo de onde podem ser depreendidos múltiplos significados.

Todo o processo de produção da imagem, de sua apropriação, preservação e utilização, de sua observação e interpretação é permeado por elementos ideológicos da concepção de realidade e da visão de mundo de cada um dos sujeitos envolvidos. A imagem é sempre parte do pensamento, da linguagem, da cultura e da história vivenciada e expressa por cada um deles, salva nos vestígios de algum tempo e lugar.

Imagens dos trabalhadores: da grande “família da fábrica” às formas de organização e luta

Entendemos a memória ligada às formas de organização e de luta dos trabalhadores no contexto do mundo do trabalho ou dos mundos do trabalhos Hobsbawn (1987). Para tanto, é preciso, distinguir, com Lukács (1978e 1979), a historicidade do trabalho, tanto na sua forma ontológica, fundamental, estruturante de um novo tipo de ser, o homem, ser social, quanto nas suas formas históricas, penosas, alienantes, desintegradoras dos melhores valores da pessoa humana.

No sentido historicizado da própria noção, Hobsbawn (op. cit.) amplia a noção de classe trabalhadora, de um conteúdo meramente econômico (proprietários e não-proprietários dos meios de produção), para suas dimensões sociais e culturais. O autor propõe caracterizar a classe operária, observando as especificidades do contexto ao qual pertencem (p.79-98).

No mesmo sentido ampliado de classe social trabalhadora, E. P. Thompson (1981) procede a um duplo movimento: de crítica à dimensão reducionista de trabalho como emprego, para compreensão do trabalho na sua relação necessária com a produção da vida. É com estes cuidados que buscamos entender o sentido da memória do trabalho e dos trabalhadores nas imagens fotográficas, nos relatos, entrevistas e documentos de época

Trabalhadores em fotos de família – O sentimento de pertencimento a um grupo familiar, de onde o trabalhador retira sua primeira identidade, e encontra apoio para a entrada na vida social mais ampla e no trabalho, é parte da memória oral e fotográfica que encontramos em nossas pesquisas. (Foto 1)ⁱ

Apoiado em depoimentos de operários e ex-operários da fábrica e em relatórios da Companhia, Keller (1997) traça um extenso painel do cotidiano operário, onde se superpõem as memórias das diversas gestões administrativas e das duas fábricas do complexo fabril, a Brasil Industrial e a Fábrica de Tecidos Maria Cândida (Fábrica Cascata), a última de porte bem menor que a primeira.

A casa, os processos de escolha das famílias numerosas e com referências entre os operários empregados, as normas de moradia e de conservação das casas são parte viva das lembranças sobre o trabalho na vila operária (p.41-56). Mas seu cotidiano incluía, também, o controle rigoroso dos horários e comportamentos, o consumo, a alimentação e o vestuário através do “armazém de mantimentos da Companhia” e do “armazém de fazenda (armarinho)” “onde se vendiam roupas feitas e fazendas”, onde os operários faziam despesas “fiado”, anotadas em “vales” e descontadas nos salários (p. 57-65). As festas religiosas são muito presentes e expressivas na memória dos trabalhadores, assim como o lazer no carnaval, no futebol, nos banhos no açude, nos bailes e domingueiras dançantes no Cassino (op. cit., p.91-98; Ciavatta, 2007, p. 55).

A grande “família da fábrica” – O sentimento de coesão e pertencimento é ilustrado em várias fotografias onde a referência “familiar” é a fábrica, o local e os companheiros de trabalho, (Foto 2)ⁱⁱ

Não apenas o grande e vetusto edifício da Companhia Brasil Industrial é um monumento da cidade de Paracambi. Muitas fotografias também o são, a exemplo desta foto. Nela se posicionam, para a foto, pessoas melhor situadas na hierarquia da fábrica (chefes de escritório, de setor, de almoxarifado, de tecelagem, de fiação, nominalmente identificados nas anotações sobre a foto), colocadas na perspectiva da extensão da fábrica, ocupando todo o espaço simbólico do poder que representavam nos seus ternos, gravatas, postura, vestidos elegantes.

Mas também assim se identificavam como profissionais e com a empresa a que serviam os *chauffeurs* de uma empresa serviços de eletricidade. (Foto 3)ⁱⁱⁱ Embora não tenhamos encontrado detalhes da identificação desta foto, comparando com a foto anterior, a composição e disposição espacial dos trabalhadores indicam diferenças de relação deles com a empresa no ato de se deixar fotografar. Hã uma espécie de autoria da foto para os próprios fotografados. Na leitura de retratos de família, Leite (1993) considera que é possível extrair daí uma hierarquia de figuras e de atributos, tendo elementos culturais sobre o grupo fotografado.

Á semelhança dos retratos de família, este grupo de *chauffeur* deixa-se fotografar e registra sua identidade coletiva como parte da “grande família” da empresa. Mas a pose, como postura estudada e artificial no retrato, permite uma auto-representação que se caracteriza pela dignidade da profissão e união. Mas também, na imagem, um dos aspectos ambíguos da fotografia, conflitos e hostilidades não aparecem, são subsumidos à autoimagem de grupo (Ciavatta, 2000; 2002, p. 38-39). O tempo breve do acontecimento expressa a média duração da conjuntura onde os trabalhadores estão unidos por laços de pertencimento a uma mesma empresa, uma “família” formada sob a ideologia da harmonia pelos vínculos do trabalho.

As lutas de resistência e os enfrentamentos - Esta foto mostra momentos dramáticos segundo depoimentos de antigos empregados da Companhia Brasil Industrial. Os trabalhadores formaram uma tapete humano no portão da fábrica, para impedir a saída de máquinas quando já ocorria a redução das atividades têxteis, tendo em vista seu próximo fechamento. (Foto 4)^{iv}

As contradições entre capital e trabalho que soem se expressar nas más condições de trabalho (como calor e barulho), jornadas de trabalho prolongadas, baixos salários e repressão a greves e

reivindicações coletivas, são temas escassos nos depoimentos dos ex-trabalhadores da Brasil Industrial. O tempo de trabalho na fábrica tem uma aura de bem-estar e satisfação.

As contradições da realidade complexa da fábrica com vila operária emergem na interpretação da decadência da fábrica e nas razões da redução do número de funcionários e de seu fechamento definitivo, a falta de investimentos para fazer frente a um mercado mais competitivo, a queda nos lucros. São versões expressas nos pontos de vista próprios aos diversos participantes daquele evento fundador de um novo momento na vila operária e da fábrica que, anos depois, quando fizemos a pesquisa, estava sendo ocupada por instituições de educação profissional. O passado tinha a cor da esperança no futuro.

A resistência pelas mobilizações – As formas de organização e de luta dos trabalhadores também aparecem nas fotografias. (Foto 5) ^v

“A idéia de conquista da jornada de 8 horas diárias de trabalho nasceu no Congresso de Genebra (Suíça), promovido pela Associação Internacional de Trabalhadores (AIT) em setembro de 1866”. Vinte anos depois, em 10. de maio de 1886, “O primeiro de maio passou à História da Lutas Operárias com a tragédia dos ‘Mártires de Chicago’. A jornada de 8 horas de trabalho tornou-se um ponto de honra para o trabalhador (...) O Primeiro Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro em 1906 aconselha as entidades operárias a lutar por essa conquista.”(Rodrigues, s.d., p. 117-8) . A novidade da fotografia como registro dos fatos e constituição de uma memória é utilizada pelos trabalhadores como elemento de mobilização.

A imprensa operária no início do século XX - Os jornais operários que atuaram de forma combativa dando voz aos trabalhadores. (Foto 6) ^{vi}

Os jornais denunciavam as condições de exploração em que os operários viviam e, acima de tudo, conclamavam a classe operária a conquistar por vias políticas e/ou revolucionárias, pelo anarquismo, pelo socialismo ou pelo comunismo, melhores condições de vida e de trabalho. Expressando a restrita disponibilidade das fotos na época, as fotografias eram repetidas nos jornais operários, complementando os textos combativos, denunciando a exploração do trabalho nas grandes fábricas.

Considerações finais

Nesta breve apresentação sinalizamos algumas questões fundamentais para que os trabalhadores possam se reconhecer na memória legada por outras gerações. Primeiro, o espaço democrático de participação e manifestação como parte de um coletivo, em defesa de seus direitos. A seguir, distinguimos o trabalho nas suas formas ontológicas, criativas e nas suas formas históricas de exploração que obrigam à luta através de mobilizações e greves.

As fontes documentais fotográficas sobre trabalho e trabalhadores da segunda metade do século XIX e começo do século XX são relativamente escassas, se comparadas à produção visual que acompanha o rápido desenvolvimento científico-tecnológico do final do século XX e início do século XXI. Mas a memória que se preserva contribui para o reconhecimento de sua identidade de construtores da riqueza social.

Com o fim da ditadura (1964-1990) e a emergência do novo sindicalismo e dos trabalhadores organizados, ampliou-se o uso dos equipamentos audiovisuais. Fotografar, filmar, registrar reuniões, assembleias, passeatas tornou-se um fato corriqueiro. No entanto, em um país de escassa tradição na conservação da memória histórica como o Brasil, os recursos investidos nos arquivos históricos também são insuficientes para o trabalho exigido pela preservação das fotos e documentos que alimentam a memória e a história.

Neste trabalho apresentamos alguns aspectos da vida familiar, da apropriação da imagem da “família da fábrica” unida na representação dos trabalhadores na empresa; imagens da organização e das lutas dos trabalhadores em defesa de emprego, salários, empregos, horários regulamentados, melhores condições de vida e de trabalho. Sua importância está no reconhecimento das lutas que garantiram aos trabalhadores condições mínimas de reconhecimento de seus direitos. Memória, identidade e futuro são parte do mesmo movimento de preservação da vida e da cultura. Há que se preservar os vestígios do passado que sinalizam as conquistas e as lacunas do presente. Porque são elas que permitem a projeção do futuro.

Referências bibliográficas

- AWI, Fellipe. Se esta rua fosse minha..(2008). *Revista O Globo*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 209, 27 de julho, p. 12-14.
- BRAUDEL. Ferdinand. (1992)A longa duração. In: _____. *História e ciências sociais*. Lisboa, Presença.
- BURKE, Peter. (1980). *Sociologia e história*. Lisboa: Afrontamento.
- CIAVATTA, Maria.(2000). Memória, história e fotografia. Educando o trabalhador da grande família da fábrica. In: MUSEU Histórico Nacional. *Anais*. Volume 32. Rio de Janeiro: MEC/IFHAN.
- CIAVATTA, Maria. (2002). *O mundo do trabalho em imagens – A fotografia como fonte histórica (1900-1930)*. Rio de Janeiro: DP & A / FAPERJ.
- CIAVATTA, Maria. (coord.). (2007). *Memória e temporalidades do trabalho e da educação*. Rio de Janeiro: Lamparina / FAPERJ.
- CHESNAUX, Jean. (2000). *Hacemos tabla rasa del pasado? A propósito de la historia e de los historiadores*. 15a. ed. México: Siglo Veinteuno.
- FONTES, Virgínia. (2001). História e verdade. In: FRIGOTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes.
- HOBSBAWN, Eric J. (1987). *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KELLER, Paulo. (1997). *Fábrica & Vila Operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ*. Engenheiro Paulo de Frontin, RJ: Solon Ribeiro.
- LE GOFF, (1992). Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP,.
- LEITE, Míriam Moreira. (1993). *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- LUKÁCS, G. (1978). As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*,. São Paulo, (4),, 1-18.
- LUKÁCS, G.. (1979). *Ontologia do ser social*. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas9.
- MARX ENGELS. (1979). *A ideologia alemã* (Feurbach). São Paulo: Ciências Humanas.
- POLLAK, Michel. (1989). Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 3 (3): 3-15.

- RODRIGUES, Edgar. (s. d.). *Trabalho e conflito*. Pesquisa 1906-1937. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Arte Moderna.
- ROSSI, Pietro. (1994). *Historia comparada y ciencias sociales: de Max Weber a las teorías de modernización*. México: El Colegio de México.
- RUSEN, Jorn. (2009). Com dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da historiografia*, (2), março, 163-209.
- THOMPSON, E. P. (1981). *A miséria da teoria ou um planeta de erros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Notas

ⁱ Foto 1

Acervo D. América Zanella, autor desconhecido, 4 de junho de 1939. Família do Sr. Américo Rodrigues Ferreira e D. Jovita Soares Ferreira, operários da Companhia Brasil Industrial. Paracambi, Rio de Janeiro

ⁱⁱ Foto 2

Acervo Paulo Keller, autor desconhecido, 1950. “Mestres, contramestres e encarregados da Companhia Têxtil Brasil Industrial”. Paracambi, Rio de Janeiro.

ⁱⁱⁱ Foto 3

Acervo Histórico da Light, autor não identificado, 1925. “Vila Isabel. Grupo de alguns *chauffeur* da Light”.

^{iv} Foto 4

Acervo do Sindicato dos Têxteis de Paracambi, Rio de Janeiro, autor desconhecido, [anos 1990]. “Manifestação contra a saída de máquinas da Brasil Industrial e intervenção da polícia”.

^v Foto 5

Arquivo Edgar Leuenroth. UNICAMP. História da Industrialização. Autor desconhecido. 1920. “Comício 1o de maio. Praça Mauá. *Careta*, abril/junho 1920”. Rio de Janeiro, RJ.

^{vi} Foto 6

ASMOB-NEDDATE-UFF, autor não identificado, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1º.-10-1913. “O Segundo Congresso Operário Brasileiro”.